



PROTOCOLO DE CONSULTA
DOS POVOS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU





PROTOCOLO DE CONSULTA
DOS POVOS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU



INTRODUÇÃO	6
MUITOS POVOS, UM TERRITÓRIO	8
PLANEJANDO O FUTURO, ORGANIZANDO O PRESENTE	12
É OBRA QUE NÃO ACABA MAIS	16
OUTRAS POLÍTICAS QUE EXIGEM CONSULTA	22
COMO COMEÇOU A CONVERSA	24
O PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS DO TIX	30



A photograph showing the silhouettes of several indigenous people walking in a line against a bright, hazy sunset. They are carrying long spears. The scene is backlit by the sun, creating a strong glow and lens flare.

PROTOCOLO DE CONSULTA
DOS POVOS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU

Introdução

O Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu (TIX) deve ser respeitado pelos governantes brasileiros sempre que quiserem decidir algo que possa afetar a nossa vida. Sabemos que não é fácil estabelecer diálogo com a gente, pois somos muitos povos diferentes, moramos em locais de difícil acesso para quem vem da cidade grande, falamos línguas e temos visões de mundo que vocês, governantes, não entendem.

O Protocolo de Consulta é um instrumento de autodeterminação. Não queremos mais que o governo tome decisões sem nos ouvir honestamente. Várias vezes fomos atropelados e nossas lideranças foram manipuladas durante consultas ilegítimas. Por isso escrevemos este documento, resultado de um longo debate interno de entendimento entre os povos do TIX sobre como queremos ser consultados para que qualquer decisão ou projeto do governo que nos afete seja implementado.



© André Villas-Bôas/ISA

Aqui, vamos contar um pouco sobre nós, como estamos organizados para enfrentar os desafios da atualidade, como construímos este documento e quais são as regras do nosso Protocolo de Consulta.

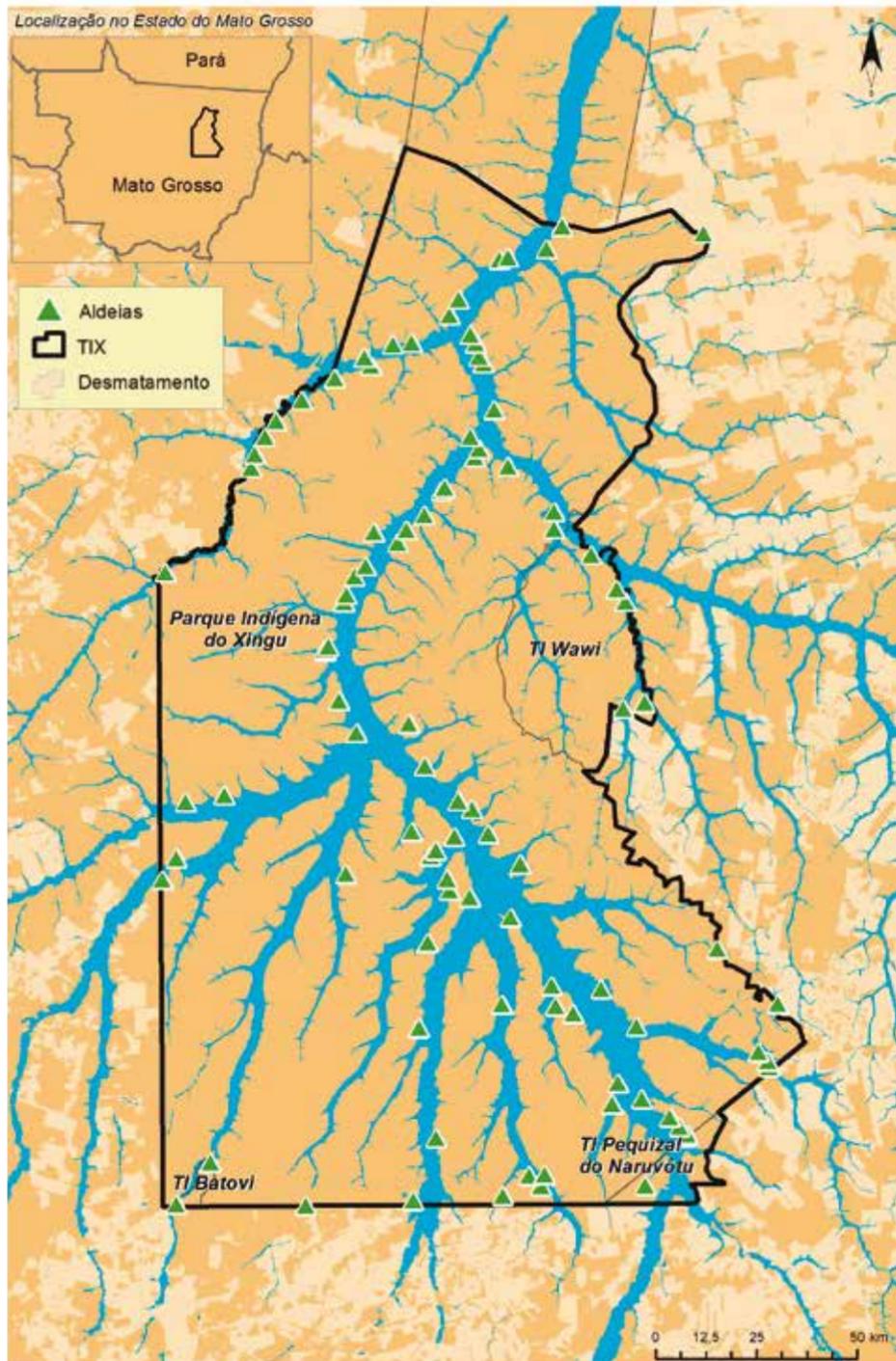


Muitos povos, um território

Nosso território é formado, atualmente, por quatro terras indígenas contíguas: Parque Indígena do Xingu, Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvôtu. Juntas, essas quatro terras formam o Território Indígena do Xingu (TIX), com 2,8 milhões de hectares demarcados e homologados para usufruto exclusivo de 16 povos: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayura, Kawaiwete, Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahfukwa, Naruvôtu, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja. Cada povo possui sua própria língua e história, fazendo do TIX uma das regiões de maior diversidade cultural do Brasil.



10



Infelizmente, muita gente não dá valor para a diversidade cultural e menos ainda para a biodiversidade. Nossas culturas não são ensinadas nas escolas das cidades e a floresta é vista como uma barreira para o desenvolvimento econômico. O resultado disso é um preconceito grande contra os povos indígenas e o desmatamento acelerado da floresta. As cabeceiras dos nossos rios estão todas fora do TIX e são impactadas pela erosão do solo e ameaçadas pelo uso intensivo de agrotóxicos. O entorno do nosso território está tão desmatado que as imagens de satélite mostram uma ilha de floresta que coincide exatamente com os limites do TIX.

Nós estamos organizados para enfrentar os desafios da atualidade. Muita gente pensa que "índio de verdade" tem que viver parado no tempo, exatamente como viviam os antigos. Nós, povos indígenas, sabemos nos adaptar às novas situações que o mundo nos colocou. Usar as tecnologias do mundo ocidental e falar português não faz da gente "menos índio". Na verdade, não tem como ser "mais ou menos índio" ou "índio de mentira". Somos índios e ponto! E nos orgulhamos disso!



Planejando o futuro, organizando o presente

Desde 2010, estamos trabalhando no planejamento futuro de nossa vida e de nosso território. Construimos o nosso Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu onde definimos diretrizes gerais para a Cultura, Território, Alternativas Econômicas, Soberania Alimentar, Educação e Saúde de nossos povos. O Plano de Gestão deve orientar a atuação de nossas lideranças bem como dos governos e parceiros que atuam junto da gente.

Nosso Plano de Gestão estipulou, também, uma Estrutura de Governança Interna dos Povos do TIX, instância de diálogo interétnico que tem o objetivo de monitorar a aplicação das diretrizes definidas no Plano. A Governança Interna do TIX promove o encontro das lideranças indígenas de todas as etnias do nosso território para criar consensos legítimos em torno de temas complicados. A Governança serve, também, para que os governantes possam fazer consultas adequadas aos nossos povos sobre os assuntos que nos interessam garantindo a participação de todos os povos do território.

Toda consulta aos povos indígenas do TIX deve ser feita através de nossas regras de Governança. Não são válidos os acordos paralelos, feitos com apenas um grupo de índios, não importa se são lideranças ou caciques. Todo acordo deve ser construído respeitando nosso protocolo!





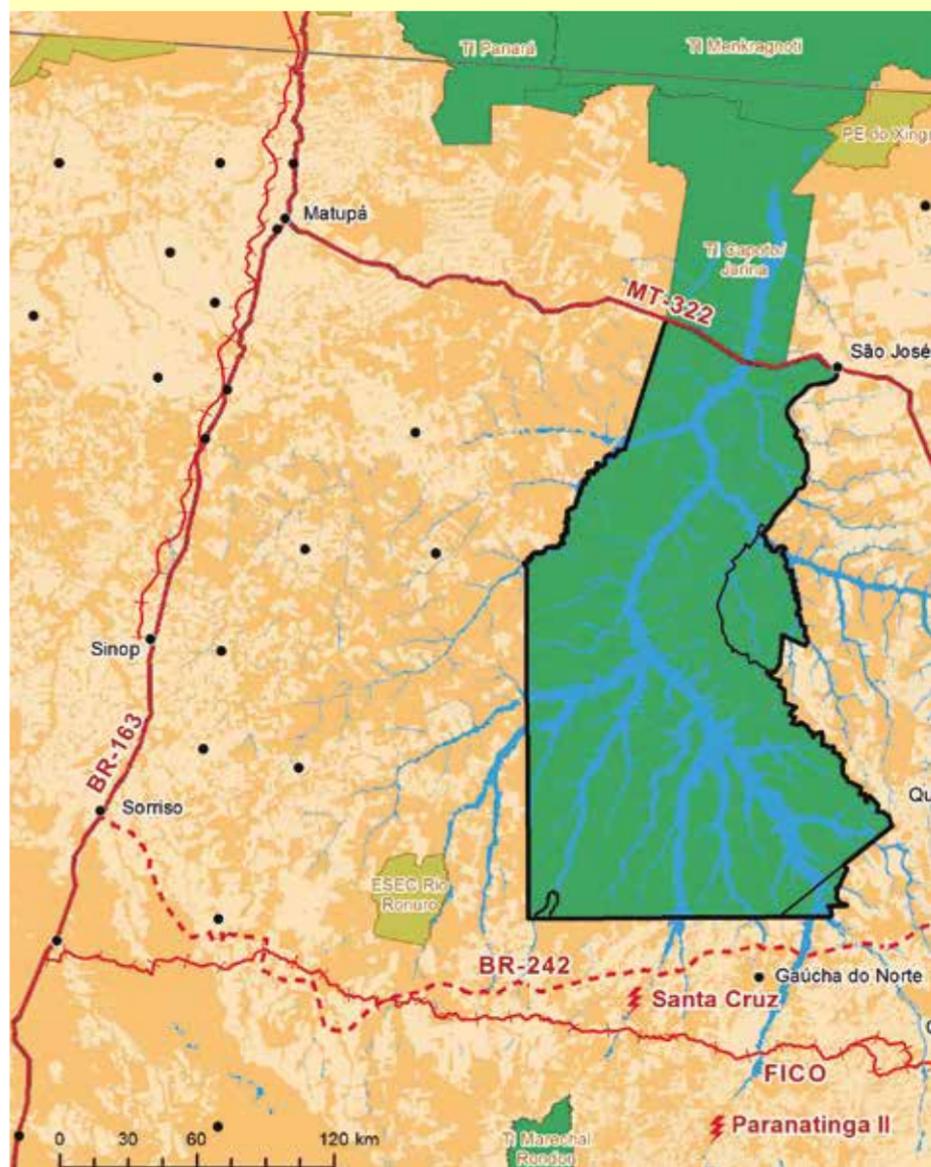
É obra que não acaba mais

Nosso território está inserido no estado do Mato Grosso numa região de grandes produtores rurais de soja e milho. Esses produtores demandam do governo muita infraestrutura para o escoamento de sua produção, voltada para exportação. Os governos de todos os partidos têm atendido prontamente a essa demanda, destinando parcelas enormes do orçamento público. A maior parte das vezes as obras de infraestrutura do governo são feitas sem os devidos estudos, e sem ouvir os indígenas.

O TIX está cercado de obras que impactam nossa vida. Ao norte, passa a MT 322, estrada aberta no tempo da ditadura e que agora querem pavimentar. Os políticos da região dizem que a obra vai acontecer de qualquer jeito. Os jornais falam que os índios já aceitaram a estrada. A verdade é que até agora o governo não fez nenhuma consulta aos povos do TIX que respeitasse nossa Governança Interna.

PRINCIPAIS OBRAS DE INFRAESTRUTURA COM IMPACTO

18



SOBRE O TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU



Legenda

- Sedes Municipais
- TIX
- Terras Indígenas
- Unidades de Conservação
- Rios e alagados
- PCH's em Operação
- Ferrovia Planejada
- Rodovia Planejada
- Rodovia Existente
- Desmatamento

Fontes:

Obras de Infraestruturas: FICO, VALEC 2015, BR-242, MT-322, BR-158, BR-163, DNIT 2015
PCH's ANEEL 2017; Terras Indígenas, ISA 2016
Sedes Municipais, IBGE 2012;
Hidrografia, SIPAM 2012
Unidades de Conservação, ISA 2016
informações de licenciamento das obras:
Plataforma Xingu +: <http://xingumais.org.br>

Localização no Estado do Mato Grosso



Sistema de referência geográfica: UTM22S
Datum: SIRGAS 2000
Instituto Socioambiental, out/2017

À oeste do TIX passa a BR 163 (Cuiabá-Santarém), asfaltada recentemente. Na época, foram criadas várias unidades de conservação para evitar o desmatamento da região, mas essas áreas mal foram implementadas e a derrubada da floresta só aumentou. Agora, o governo federal quer fazer a Ferrogrão correndo paralela à BR 163 entre Sinop e Miritituba. O Ministério dos Transportes está estudando a viabilidade da obra, mas não perguntou para nós o que achamos dela, nem avaliou os possíveis impactos sobre as

20 nossas terras no entorno da ferrovia.

Ao sul, o governo está planejando a BR 242, cujo traçado original se sobrepõe a vários sítios arqueológicos tombados pelo IPHAN, como a caverna do Kamukuaka. No papel, o licenciamento da obra está vencido desde 2014. As irregularidades são muitas: os estudos não contemplaram a questão indígena (a estrada passaria à menos de 10 km do TIX!) e nenhuma consulta foi realizada. Apesar disso, os políticos dão a estrada como certa, sem terem perguntado nossa opinião e sequer

terem realizado os estudos sobre impactos socioambientais que devem ser anteriores à autorização ambiental. Junto da BR 242 ainda se pretende construir a Ferrovia de Integração do Centro Oeste.

Poderíamos falar muito mais aqui, por exemplo, sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, ao norte do nosso território, ou sobre a BR 158, à leste do TIX, ou a Pequena Central Hidrelétrica de Paranatinga, que provocou conflitos entre nossos parentes justamente porque os governantes não respeitaram nossa Governança Interna.



Em 1989, o Brasil assinou a Convenção 169 da OIT, se comprometendo junto a vários outros países a zelar pelos direitos indígenas, entre eles o direito a consulta livre, prévia e informada. Em 19 de abril de 2004, a Convenção 169 se tornou lei brasileira através do Decreto Presidencial 5.051.

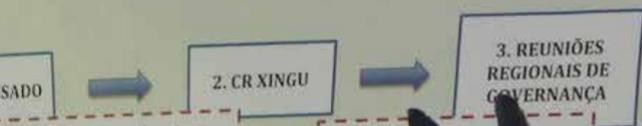
Entre outras coisas, a Convenção 169 afirma que:

"Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos." **23**

"Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa fé com os povos indígenas interessados na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo."

ATA DE PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS DO TIX

DIUARUM, SETEMBRO DE 2015 - BAIXO XINGU



O interessado não pode entrar em contato diretamente com indígenas; não pode fazer reuniões paralelas com caciques, nem que informar a FUNAI antes de tudo

O Interessado tem que entrar no TIX acompanhado de um Xingu e fazer um levantamento em cada Polo para identificar os índios sobre o seu território. Serão realizadas quatro reuniões de governança regional e uma reunião geral de governança.

24

5. REUNIÃO GERAL DE GOVERNANÇA

No primeiro dia participam representantes indígenas para discutir uma posição sobre o projeto do Interessado. No segundo dia participam o interessado, FUNAI, ATIX e terceiros.

Todas as aldeias da região vão tirar uma posição sobre o projeto da

APOI
ATIVIS
00

Outras políticas que exigem consulta

Mas não é só de obras que estamos a falar. Outras políticas governamentais afetam diretamente a vida dos povos do TIX e, por essa razão, devem ser objeto de consultas de acordo com o nosso protocolo. É o caso, por exemplo, das nomeações para cargos de confiança de órgãos indigenistas, como os chefes do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Xingu (DSEI-Xingu) e da Coordenação Regional do Xingu da FUNAI. O mesmo vale para as políticas municipais e estaduais de meio ambiente, como a aplicação dos recursos do ICMS-Ecológico ou as políticas de redução das emissões de gases do efeito estufa e combate ao desmatamento. Enfim, como diz a Convenção 169, “qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios” deve ser objeto de consulta livre, prévia e informada.



Como começou a conversa

Nós, povos indígenas do Xingu, construímos nosso Protocolo de Consulta durante os anos de 2015 e 2016. Tudo começou com uma reunião no Polo Leonardo, Alto Xingu, em que a empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. apresentou o resultado do Estudo de Impacto Ambiental da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO). Os impactos previstos eram desastrosos: aumento das cidades, poluição dos rios, diminuição dos peixes, entre outros. Os estudos sobre os impactos no TIX haviam sido feitos com base em fontes secundárias, sem trabalho de campo e aquela rápida reunião era o primeiro momento em que nós ouvíamos falar em FICO.

O licenciamento caminhava a passos largos, enquanto que a consulta aos povos indígenas do Xingu vinha atrasada, apressada e consistia numa apresentação de resultados. Ninguém nos perguntou o que deveria ser estudado, quais eram nossas principais preocupações, quais possíveis alterações sobre nossa forma de vida e as consequências do empreendimento sobre os recursos naturais que usamos e manejamos dentro de nosso território.

28 Ainda estava fresca em nossa memória a experiência ruim de negociação com o governo do Mato Grosso em torno da construção da PCH Paranatinga, onde os povos quase brigaram uns com os outros por causa de um processo de consulta manipulado pelo governo do Estado do Mato Grosso. O péssimo exemplo da Usina de Belo Monte, onde as políticas de “compensação” causaram tanto impacto quanto a obra, assustava a todos nós.

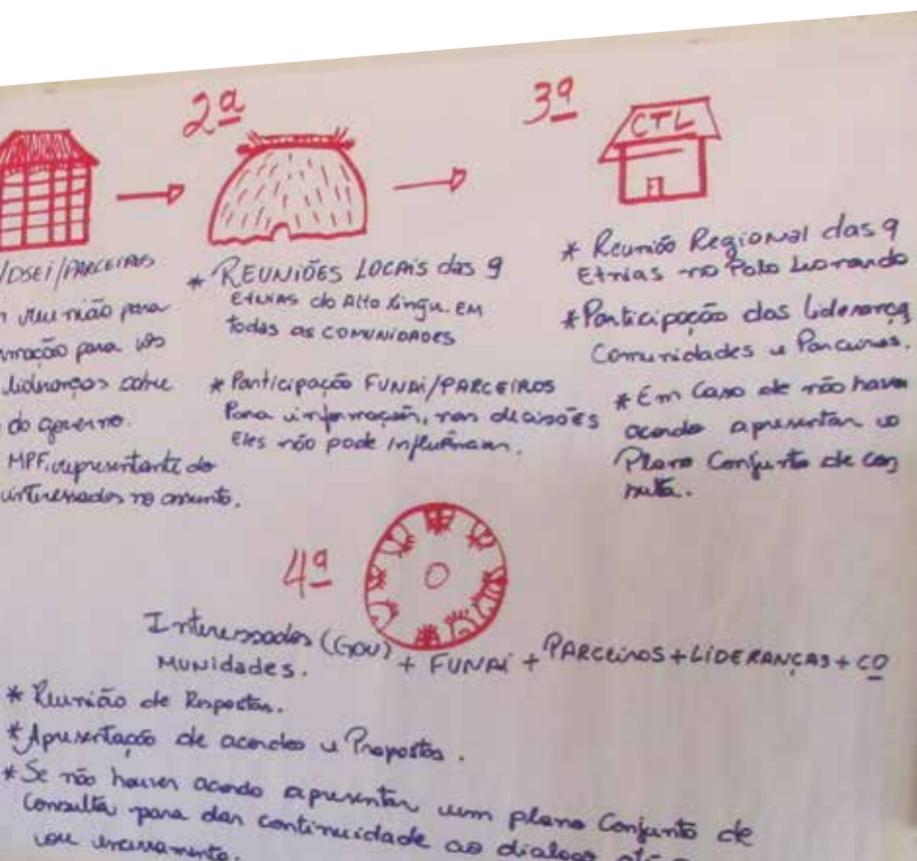
A Rede de Cooperação Amazônica (RCA) mostrou para as lideranças xinguanas o Protocolo de Consulta elaborado pelos Wajãpi do Amapá. Com apoio da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX), FUNAI e do Instituto Socioambiental (ISA), resolvemos elaborar nosso próprio protocolo, uma oportunidade para cobrar dos governantes processos idôneos de consulta. Queremos regulamentar a aplicação da Convenção 169 para o caso do TIX, sem deixar margem para consultas de má fé que servem apenas para validar decisões previamente acertadas entre governantes e empresas.

Por que governantes e empresários se recusam a pensar o Brasil em diálogo com a gente? As terras indígenas são a porção melhor preservada do território nacional, garantindo a prestação de serviços ambientais fundamentais para o Brasil, inclusive para o agronegócio. Há muito a ciência descobriu que sem floresta o clima fica seco, a chuva diminui. Hoje, é de conhecimento de todos a teoria dos "rios voadores" produzidos pela floresta amazônica que garantem as chuvas no centro-oeste e sudeste brasileiros. Ou seja, sem florestas milhões de habitantes das cidades podem sofrer com a falta de água e o agronegócio pode se tornar inviável. A causa indígena é a causa de todos nós!

30



Realizamos quatro oficinas para a construção do nosso protocolo, uma em cada Polo do TIX: Wawi, Diauarum, Pavuru e Leonardo. Depois, comparamos as propostas de cada região e aprovamos o protocolo em reunião de governança geral, realizada entre os dias 28 a 30 de outubro de 2016. A seguir, descrevemos nosso protocolo.



DESEI/PARCEIROS
 Reunião para
 aprovação para os
 líderes sobre
 do governo.
 MPF, representante do
 interessados no assunto.

* REUNIÕES LOCAIS das 9 ETNIAS do Alto Xingu. EM todas as COMUNIDADES

* Participação FUNAI/PARCEIROS Para a informação, nas decisões eles não pode influenciar.

* Reunião Regional das 9 Etnias no Polo Luorando

* Participação das Lideranças Comunidades e Povos.

* Em caso de não haver acordo apresentar o Plano Conjunto de Consulta.

4a

Interessados (GOV) + FUNAI + PARCEIROS + LIDERANÇAS + COMUNIDADES.

* Reunião de Respostas.

* Apresentação de acordos e Propostas.

* Se não houver acordo apresentar um plano conjunto de consulta para dar continuidade ao diálogo com o desenvolvimento.



O Protocolo de Consulta dos Povos do TIX

QUEM DEVE SER CONSULTADO?

Todas as etnias do TIX devem ser consultadas. No TIX não tem cacique geral que fale em nome de todos os povos.

SOBRE O QUE QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados sobre qualquer decisão dos governos (Federal, Estadual e Municipal) e do poder legislativo (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional) que possa nos afetar de alguma forma. Construção de obras no entorno do nosso território, novas leis, mudanças nos órgãos que trabalham conosco e formulação de políticas públicas que nos dizem respeito são exemplos de decisões que só devem ser tomadas após consulta.

QUANDO QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados antes das decisões serem tomadas. Não aceitamos que o governo nos consulte quando não há mais possibilidade de alterar ou cancelar o projeto ou decisão. O governo tem que agir de boa fé e estar disposto a construir suas políticas junto com a gente.

ROTEIRO DA CONSULTA

O primeiro passo para a consulta é informar a FUNAI de Brasília de que um projeto ou ideia está sendo pensado pelo governo e pode impactar a vida dos povos indígenas do Xingu. A FUNAI de Brasília deve informar a FUNAI de Canarana (CR Xingu) e a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX).

A CR Xingu e a ATIX devem organizar uma reunião geral de governança do TIX com a presença de representantes de todas as etnias. Essa reunião tem o objetivo de informar nossos povos sobre o conteúdo da proposta do governo.

Dependendo do grau de impacto do projeto ou ideia, a consulta pode se encerrar logo nesta primeira conversa. Se o projeto ou iniciativa do governo, for complicado e precisar de mais informações e discussões, teremos que seguir nosso roteiro de consulta com mais conversas com os povos e comunidades do Xingu.

Após a primeira reunião geral, cada povo deve realizar uma reunião de governança interna para debater o projeto ou iniciativa. Depois, os povos discutem em reuniões regionais para definir posições do Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu.

Completando o ciclo de Governança, todos voltam a se encontrar numa reunião geral para encaminhar os entendimentos com o governo. Dependendo da dificuldade do assunto da consulta, o processo poderá ter continuidade em novos ciclos de conversas definidas conjuntamente entre os povos do Xingu e o governo.

ROTEIRO DE CONSULTA

1. O primeiro passo é informar a FUNAI de Brasília que um projeto está sendo pensado e pode impactar a vida dos índios do Xingu.



A FUNAI de Brasília deve informar

a FUNAI de Canarana e a Associação Terra Indígena Xingu (ATIX).

Se for necessário, o processo de consulta poderá ter continuidade com novos ciclos de conversa.

36



4. Todas as etnias voltam a se encontrar numa Reunião de Governança Geral para encaminhar os acordos finais com o governo.



Depois, são realizadas Reuniões de Governança Regionais para definir posições do Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu.

2. A CR Xingu e a ATIX devem organizar uma **Reunião de Governança Geral** com a presença de **todas as etnias.**



Se houver **consenso** de aprovação ou rejeição do projeto, a consulta pode se encerrar logo nesta primeira conversa.

Se não, a consulta deve continuar.



3. cada povo deve realizar uma **Reunião de Governança Interna** para debater o projeto.

REGRAS GERAIS

O governo deve enviar para as reuniões de consulta pessoas responsáveis pelo projeto ou iniciativa, com poder de decisão.

A FUNAI e o MPF devem participar de todo o processo de consulta. Outros parceiros podem ser convidados por nós se quisermos.

38 Todos as reuniões e atividades necessárias ao processo de consulta devem ser pagas pelo órgão de governo interessado na consulta.

Todas as aldeias devem ser convidadas e devem enviar representantes com poder de decisão para as reuniões de consulta.

Durante as reuniões deve ter tempo para tradução nas diversas línguas faladas no TIX. Os brancos têm que ter paciência e não podem nos pressionar para acelerar o processo de decisão.

Sempre que for necessário, nós faremos conversas internas, sem a presença dos brancos.

Todas as reuniões do processo de consulta devem ocorrer dentro do TIX. Os brancos devem vir preparados para se alimentar da nossa comida e dormir em nossa casa pelo tempo que for necessário para cada reunião.

As reuniões devem ser convocadas especificamente para tratar do assunto da consulta.

Os parentes que moram na cidade não podem falar em nome das comunidades, nem representá-las ou decidir por elas.

A organização da Consulta deve obrigatoriamente envolver a Associação Terra indígenas Xingu – ATIX.

Podemos pedir aos nossos parceiros que ajudem a trazer informações sobre o assunto da consulta.

O governo não pode mentir ou omitir informações para nós.

As decisões são tomadas por consenso, não pode ter votação.

Todas as etapas do processo de consulta devem ser registradas em vídeo e ata. Somente nós podemos filmar as reuniões.

Se a proposta do governo for muito ruim para nós, temos o direito de dizer **40** "não". O governo tem que respeitar nossas decisões.



REALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE CONSULTA DOS POVOS DO TIX

Povos do Território Indígena do Xingu

Aweti

Ikpeng

Kalapalo

Kamayura

Kawaiwete

Kisêdjê

Kuikuro

Matipu

Mehinako

Nahfukua

Naruvôtu

42 Tapayuna

Trumai

Wauja

Yawalapiti

Yudja

ASSESSORIA AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DO TIX

Ivã Gouvêa Bocchini

ATIX – Associação Terra Indígena Xingu

Av. Mato Grosso, 627 – Centro

78.640-000 – Canarana – Mato Grosso

Tel. (66) 3478-1948

atix.secretaria@gmail.com

©Atix

©RCA, ISA

São Paulo – SP, 2017

PUBLICAÇÃO DO PROTOCOLO

ATIX – Associação Terra Indígena Xingu

ISA – Instituto Socioambiental

RCA – Rede de Cooperação Amazônica

EDITORES

Yakari Mehinaku Kuikuro

Ivã Gouvêa Bocchini

Luis Donisete Benzi Grupioni

CAPA

Rafael Govari/ISA

CONTRACAPA

Adryan Araujo Nascimento/ISA

MAPAS

Fábio Garcia Moreira

INFOGRÁFICO DO PROCESSO DE CONSULTA

Dedê Paiva

PROJETO GRÁFICO

Renata Alves de Souza/Tipográfico Comunicação

APOIO

Rainforest Foundation Norway





